

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - Objeto:

1.1. Contratação de empresa legalmente habilitada para atuar como Agente de Integração de Estágios, nos termos da Lei nº 11.788/2008, com a finalidade de intermediar e acompanhar o desenvolvimento de até 62 (sessenta e dois) estagiários, pelo período de 12 (doze) meses, conforme o Termo de Referência em anexo.

- (X) Natureza Comum
() Natureza Especial

Item	Descrição	Mês	Quant. mensal	Quant. Anual
01	Bolsa – Auxílio por estagiário + Auxílio Transporte	12	62	744
02	Serviço de Agente de Integração. Taxa de Administração por estagiário.	12	62	744

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto n.º 10.818 de 27 de setembro de 2021.

1.3. O Objeto dessa contratação são caracterizados como comuns, conforme elementos constantes no Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O valor unitário a ser pago mensalmente aos estagiários a título de bolsa – auxílio é de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) mais o auxílio transporte no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), totalizando o valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais).

1.5. Os Serviços do Agente de Integração incluem:

- 1.5.1.** Recrutamento e seleção de estagiários;
- 1.5.2.** Elaboração do Termo de Compromisso de Estágio;
- 1.5.3.** Controle de vigência dos contratos;
- 1.5.4.** Acompanhamento do desempenho dos estagiários;
- 1.5.5.** Emissão dos relatórios periódicos;
- 1.5.6.** Gestão da folha de pagamento;
- 1.5.7.** Contratação de seguro contra acidentes pessoais;
- 1.5.8.** Atendimento as exigências da Lei nº 11.788/2008.

1.6. Vigência do Contrato:

1.6.1. O prazo de vigência do Contrato é de 12 (doze) meses, contados da assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com o Art. 107 da Lei 14.133 de 2021.

1.7. Local:

1.7.1. O local da prestação de serviço será na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania, situado na Av. Laranjeiras, 1107 – Centro de Porto Murtinho-MS.

1.8. Da Garantia:

1.8.1 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

2 - Fundamentação da Contratação:

2.1. A secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania, justifica a presente solicitação de contratação de empresa legalmente habilitada para atuar como Agente de Integração de Estágios, pela necessidade de garantir a execução do “Programa Jovem Aprendiz”, em conformidade com a Lei nº 11.788/2008, assegurando a intermediação, formalização e acompanhamento dos estagiários. A medida promove eficiência administrativa, padronização dos processos e segurança jurídica.

2.2. O Programa Jovem Aprendiz é um programa de âmbito municipal, que tem a finalidade de atender jovens de 16 a 19 anos, de forma de contribuir com a profissionalização e capacitação de aprendizagem, através da oferta de estágio supervisionado.

2.3. O referido programa foi implementado no município no ano de 2017, através da Lei Municipal nº 1.614 de 29 de março de 2017.

2.4. A contratação visa garantir a continuidade do programa de estágio, com a adequada gestão administrativa e legal, bem como a atualização do valor da bolsa auxílio para R\$ 600,00 (seiscentos reais), tornando o programa mais atrativo para permanência dos estagiários.

2.5. A Contratação de empresa especializada se faz necessária para que ela seja responsável pela operacionalidade do Programa, ao que se refere a gestão do contrato dos jovens, a realização de cursos profissionalizantes e a garantia de seguro contra acidentes pessoais (Lei 11.788 – Art. 5º - IV).

2.6. Ressalta-se que não foi possível realizar termo aditivo no contrato vigente, em razão do acréscimo superior a 25% do valor inicial, conforme limites da Lei nº 14.133/2021, sendo necessária nova contratação.

2.7. A Estimativa das quantidades foi baseada no levantamento realizado pela Secretaria demandante, por intermédio dos elementos dispostos no Estudo Técnico Preliminar.

3 - Descrição da Solução Como um Todo:

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4 - Requisitos da Contratação:

4.1 – A contratação deverá se adequar as seguintes disposições:

4.1.1. A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

4.1.2. A contratada deve possuir comprovação de atuação como agente de integração;

4.1.3. Deve obter junto a Contratante o quantitativo de vagas a serem preenchidas para o estágio, bem como as especificações relativas ao perfil desejado;

4.1.4. Manter a instituição de ensino informada da interrupção e conclusão do estágio.

4.1.5. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.1.6. A contratada deve possuir capacidade técnica compatível com o objeto;

4.1.7. A contratada deverá atender a todas às exigências da legislação de estágio;

4.1.8. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5 - Modelo de Execução do Objeto:

5.1. O local será indicado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania.

5.2. A licitante contratada obriga-se a executar o objeto contratado, conforme o quantitativo e especificações descritas na proposta.

5.3. A qualidade do serviço fornecido é de inteira responsabilidade do contratado.

5.4. Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado, à custa da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

5.5. A contratada vencedora deverá fornecer o objeto em estrita conformidade com as disposições e especificações do edital da licitação, de acordo com este Termo de Referência, propostas de preços apresentadas, e ainda, nos termos da minuta do Contrato

5.5. A licitante contratada obriga-se a fornecer os itens contratados, conforme quantitativos e especificações descritas na proposta

6 - Modelo de Gestão do Contrato que descreve como a Execução do Objeto Será Acompanhado e Fiscalizado:

6.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5. A execução do Contrato, deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.6. Os fiscais do contrato acompanharão a execução do Contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na mesma, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis.

7 - Critério de Medição e de Pagamento:

7.1. Recebimento do Objeto:

7.1.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas elencadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

7.1.2. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do objeto do contrato.

7.2. Do Pagamento:

7.2.1. O pagamento será efetuado de acordo com o fornecimento, no prazo de até 30 (trinta) dias mediante apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, devidamente atestada, juntamente das certidões de regularidade fiscal em plena validade, previstas na Lei 14.133/2021.

7.2.2. A Contratada deverá obrigatoriamente encaminhar os seguintes documentos:

7.2.2.1. Nota Fiscal ou documento equivalente gerada de acordo com o fornecimento das quantidades de itens entregues e solicitados na Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço;

7.2.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.2.2.3. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

7.2.2.4. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

7.2.3. A falta de um dos documentos dispostos na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, poderá implicar no não recebimento.

8 - Forma e Critério de Seleção de Fornecedor:

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Dispensa de Licitação, sob a forma ELETRÔNICO, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso XV da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta vencedora com menor preço global e habilitada, ou seja, em conformidade com o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do fornecedor de realizar o objeto da licitação.

9 - Estimativa do Valor da Contratação:

9.1. Conforme levantamento prévio de preços e análise de mercado, o valor estimado para a presente contratação é de: R\$ 491.040,00 (quatrocentos e noventa e um mil e quarenta reais.)

9.1.1. Este valor servirá de parâmetro para a definição do preço máximo a ser aceito na fase de julgamento da proposta, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

10 - Adequação Orçamentária:

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

01 - Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania
2113 – Programa Jovem Aprendiz
85 - 3.3.90.18.00.00.00.00.01.0500(0500) – Auxílio Financeiro a estudantes.

01 - Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania
2113 – Programa Jovem Aprendiz
85 - 3.3.90.39.00.00.00.00.01.0500(0500) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Porto Murtinho-MS, 15 de abril de 2026

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA



Tâmia Estigarríbia Ikeda
TÂMIA ESTIGARRIBIA IKEDA

Chefe de Divisão de Monitoramento e Vigilância Socioassistencial

Maria Lucia Barbosa Ribeiro
MARIA LÚCIA BARBOSA RIBEIRO

Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania

SEPARAÇÃO DOS ITENS POR DOTAÇÃO

1 - UNIDADE REQUISITANTE

1.1. Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania.

2 - OBJETO

2.1. Contratação de empresa legalmente habilitada para atuar como Agente de Integração de Estágios, nos termos da Lei nº 11.788/2008, com a finalidade de intermediar e acompanhar o desenvolvimento de até 62 (sessenta e dois) estagiários, pelo período de 12 (doze) meses.

3 - ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Item	Descrição	Mês	Quant	PREF
01	Bolsa – Auxílio por estagiário + Auxílio Transporte	12	744	744
02	Serviço de Agente de Integração. Taxa de Administração por estagiário.	12	744	744